



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama

31ª Reunião da Comissão Tripartite Nacional - CTN

Data: 02 de dezembro de 2025

Local: sala 824, 8º andar - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Presidência: Anna Flávia de Senna Franco – Secretária Executiva do MMA

MEMBROS DA COMISSÃO TRIPARTITE NACIONAL

União

- Anna Flávia de Senna Franco – Secretária-Executiva Adjunta do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA
- Rodrigo Antônio Agostinho de Mendonça – Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama
- Marcelo Marcelino – Diretor do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio

Estados - Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – Abema

- Mauren Lazzaretti – Secretária de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA/MT);
- Eduardo Costa Taveira – Presidente da Abema e Secretário de Estado de Meio Ambiente do Amazonas (SEMA/AM).

Municípios - Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente – Anamma

- Marçal Cavalcanti – Presidente da Anamma e Secretário Municipal de Meio Ambiente de Pilar/AL;
- Vital José Pessoa Madruga Filho – Secretário Municipal de Meio Ambiente de Santa Rita/PB;
- Antônio Marcos Barreto – Vice-Presidente Nacional da Anamma;
- Pedro Henrique Lobo – Setor Financeiro.

CONVIDADOS

Presidência da República

- Elaine Cristina Lício – Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SRI/PR – SECF).

Dirigentes do MMA

- Adalberto Maluf – Secretário de Qualidade Ambiental (SQA/MMA);
- André Rodolfo de Lima – Secretário (SECD/MMA);
- Rita Cássia Guimarães Mesquita – Secretária (SBio/MMA);
- Carina Mendonça Pimenta – Secretária da Secretaria de Bioeconomia (MMA);



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama

- Ariel Cecílio Garcez Pares – Diretor do Departamento de Gestão Estratégica (DGE/SECEX/MMA);
- Marcela Aboim – Diretora (SMC/MMA);
- Marcos Sorrentino – Diretor do Departamento de Educação Ambiental (DEA/SECEX/MMA);
- João Paulo Sotero – SECD/MMA;
- Isabela Solb – SNPCT/MMA;
- Cleiton Costa de Santana – SBC/MMA;
- Salomar Mafaldo – SQA/MMA;
- Vânia Tércia Freitas – SMC/MMA.

Autarquias vinculadas ao MMA

- Sergio A. Domingues – Superintendência do Ibama em Minas Gerais (Supes/Ibama-MG).

Representantes estaduais e municipais

- Marcelo Camardelli – Assessor (SEMA/RS);
- Alder Flores – Anamma.

Instituições de pesquisa e parceiros técnicos

- Adriana Moura – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);
- Gesmar Rosa – Ipea;
- Júlia Benfica Senra – Ipea;
- Cláudia Salema – Ipea;
- Juliana Dalboni – Ipea.

Outros convidados

- Marília Israel – Iclei;
- Ana Carolina Crisóstomo – Conselheira do Conama;
- Maria Heloisa Dias – Conselheira do Conama.

Equipe do DSisnama

- Marcela Moraes – Diretora;
- Maria Mônica Guedes de Moraes – Coordenadora-Geral;
- Marco Aurélio Belmont – Analista Ambiental;
- Henrique Gebrim – Agente Administrativo;
- Clara Helena Sousa Reis – Estagiária.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama

PAUTA

Relatório do Diagnóstico do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, em colaboração com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA;

ABERTURA

Anna Flávia de Senna Franco (SECEX/MMA) – A Secretária-Executiva Adjunta do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima abriu a reunião cumprimentando os participantes. Em seguida, deu início à 31ª Reunião da Comissão Tripartite Nacional, com a apresentação da pauta, centrada no diagnóstico elaborado pelo Ipea acerca das condições estruturais do Sisnama e nas propostas para o seu fortalecimento.

Marcela Moraes (DSisnama/MMA) – Deu seguimento à abertura da pauta com a apreciação da ata da 30ª Reunião da Comissão Tripartite Nacional, a qual foi aprovada pelos membros sem ressalvas. Relembrou os resultados positivos alcançados com a oficina organizada para a apresentação do diagnóstico elaborado pelo Ipea e destacou sua relevância para o processo de construção de um plano de fortalecimento do Sisnama. Assinalou, ainda, que as propostas sistematizadas pelo Ipea estruturam-se em torno de três eixos — governança, capacidades institucionais e financiamento — e decorrem tanto das conclusões do diagnóstico quanto das contribuições apresentadas pelos participantes durante a oficina.

Esclareceu, contudo, que não constitui objetivo desta reunião concluir o referido plano, mas dar encaminhamento à sua construção de forma colaborativa. Destacou que consta do planejamento estratégico do MMA, bem como entre as prioridades do DSisnama, a implementação de ações contínuas e com impacto efetivo sobre a estrutura do Sistema, a serem desenvolvidas por meio da articulação entre os entes dos três níveis federativos no âmbito da Comissão Tripartite Nacional, instância privilegiada para a deliberação sobre o tema. Por fim, afirmou a expectativa de que, ainda nesta gestão, seja possível alcançar um marco institucional sustentável, com o encaminhamento de propostas de curto e médio prazo para o fortalecimento do Sistema.

Na sequência, ao dar início à apresentação sobre o plano de governança, passou a palavra aos representantes do Ipea para a exposição das propostas.

APRESENTAÇÃO

Adriana Moura (Ipea) - Agradeceu ao MMA e ao DSisnama pela condução colaborativa dos trabalhos e apresentou, de forma sucinta, a metodologia adotada nos estudos, baseada no



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama

levantamento de problemas, dificuldades e boas práticas com potencial de replicação para o fortalecimento institucional do Sisnama. Destacou a necessidade de atualização periódica dos dados obtidos junto aos entes integrantes do Sistema e de formulação de soluções a partir de recortes territoriais que favoreçam a cooperação federativa. Ressaltou, ainda, as dificuldades relacionadas ao acesso e à execução de recursos orçamentários e enfatizou a importância da utilização de instrumentos econômicos alternativos, como o ICMS Ecológico, e de arranjos cooperativos para o financiamento e a execução de projetos. Por fim, sintetizou a pesquisa como resultado de ampla coleta de dados e contribuições voltadas ao aprimoramento da governança do Sisnama.

Gesmar Rosa (Ipea) - Retomou os referenciais técnicos da bibliografia utilizada e esclareceu que o acordo firmado entre o MMA e o Ipea previa a elaboração de propostas para um plano de governança, informando, contudo, que o conjunto de proposições apresentado passou a ser denominado “Proposta para aperfeiçoamento do Sisnama”.

Em resposta a questionamento acerca das possibilidades de encaminhamentos de curto e longo prazo, destacou o tema “conflitos e rivalidades”, apontado em apresentação exibida na reunião, como aspecto relevante ainda não explorado e fundamental para fomentar o debate entre a academia, os atores sociais e os entes do Sisnama. Assinalou que, no campo ambiental, há crescente cobrança por temas que extrapolam a responsabilidade direta do setor, em razão do arcabouço legal e da própria organização do Sistema.

Apresentou, ainda, exemplos de boas práticas identificadas ao longo do estudo, tanto no âmbito municipal quanto estadual, mencionando iniciativas relacionadas à transversalidade, uso de tecnologia, articulação institucional, sistemas de informação, capacitação e gestão, ainda que de forma parcial. Destacou que tais exemplos foram apresentados com o objetivo de ilustrar a diversidade de experiências mapeadas no diagnóstico. Ao final, passou a palavra à Júlia Benfica, do Ipea.

Julia Benfica Senra (Ipea) Júlia Benfica Senra (Ipea) – Deu continuidade à apresentação abordando o horizonte de estruturação do plano e a adoção de uma perspectiva de resiliência, com o objetivo de promover o fortalecimento sustentável do Sisnama, capaz de superar distúrbios conjunturais. Nesse contexto, apresentou um modelo de etapas sucessionais orientado à progressão gradual do impacto e do escopo das ações propostas, de modo a aproveitar a interdependência entre as ações e seus efeitos cumulativos para o aumento da eficiência do processo de fortalecimento.

Indicou que o propósito do plano de ações é organizar as propostas aprovadas pelos participantes segundo sua localização nas etapas sucessionais, bem como nos eixos e subeixos de estruturação. Para orientar o debate, propôs quatro perguntas:



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama

- i) Quais são as principais propostas para o fortalecimento do Sistema em seus três níveis federativos?
- ii) Quais os atores e instituições responsáveis pela implementação do plano de governança?
- iii) Qual o horizonte temporal das ações?
- iv) Quais recursos são necessários para a execução das propostas?

Por fim, indicou como próximos passos do processo a estruturação do plano em parceria com o MMA, com a definição de objetivos, metas, indicadores, responsabilidades, cronograma de execução e recursos envolvidos; a submissão do plano à consulta pública, com posterior consolidação das contribuições; a publicação do plano de governança e dos estudos que o subsidiaram; e a realização de um seminário final para sua apresentação.

DEBATES

Anna Flávia de Senna Franco (SECEX/MMA) - Parabenizou o Ipea pelos resultados alcançados na pesquisa e elogiou a metodologia adotada, por partir da identificação dos problemas e de suas causas estruturais. Destacou, contudo, que a questão dos sistemas de informação não deve ser tratada apenas sob a perspectiva da transparência, uma vez que o principal desafio reside na integração das diferentes linguagens e formatos utilizados pelos diversos entes, de modo a possibilitar a consolidação de um panorama abrangente dos dados ambientais disponíveis no país. Ressaltou, ainda, a importância de que o processo de construção do plano de governança seja participativo e conte com mecanismos adicionais à consulta pública, a fim de ampliar a aderência do produto final às realidades locais.

Eduardo Costa Taveira (SEMA/AM) - Parabenizou o trabalho e o empenho do Ipea e destacou a importância de ouvir gestores e técnicos para captar percepções autênticas sobre o funcionamento do Sistema. Avaliou que o documento apresentado oferece um panorama ainda preliminar, compatível com a etapa atual do trabalho.

Defendeu a necessidade de definir quais camadas de análise deverão ser aprofundadas para a construção do plano de governança, reconhecendo que esse processo não será concluído no curto prazo. Indicou, contudo, que até o mês de abril seria possível estabelecer parâmetros gerais, incluindo um diagnóstico mais claro da situação dos estados e municípios em aspectos como tecnologia, recursos humanos e capacidades institucionais. Ressaltou que esse diagnóstico poderia subsidiar a construção de um ranking que indique o grau de estruturação dos entes e a distância em relação a um padrão mínimo, passível de replicação também no âmbito municipal.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama

Explicou que a disponibilização de recursos está condicionada ao cumprimento de metas e critérios previamente definidos, como forma de demonstrar que o sistema opera adequadamente e atende aos requisitos estabelecidos. Nesse sentido, afirmou ser fundamental compreender quais metas e demandas precisam ser atendidas para orientar o fortalecimento das agendas do federalismo ambiental, especialmente à luz da Lei Geral do Meio Ambiente e das diretrizes estabelecidas pela Lei Complementar nº 140/2011. Segundo ressaltou, esse entendimento é essencial para que cada ente federativo, no âmbito de suas competências, esteja apto a exercer atividades de licenciamento ambiental, fiscalização e gestão de unidades de conservação.

Por fim, questionou de que forma, a partir do panorama inicial delineado e da árvore de problemas apresentada, será possível avançar para camadas mais profundas de análise, com vistas à definição de um padrão ideal de integração do Sistema.

Elaine Cristina Licio (SRI/PR-SECF) - A participante destacou a necessidade de construir uma agenda comum para a federação, lembrando que o tema da governança do clima está inserido no Sisnama. Mencionou que o sistema pode aprender com outros modelos de implementação de políticas públicas, sobretudo diante da ausência, no Sisnama, de fluxo contínuo de recursos, co-financiamento automático e vinculação de receitas, fatores que tornam o orçamento ambiental vulnerável a mudanças conjunturais.

Explicou que um sistema de políticas públicas é composto por instrumentos de coordenação, normatizações, planos de governança e regulamentos, e ressaltou a importância de definir ofertas e garantir direitos de forma equânime, considerando variações nas capacidades institucionais locais.

Apontou a relevância de incorporar experiências de outros sistemas ao Sisnama e sugeriu definir padrões mínimos de estrutura ambiental que cada município deve possuir, com tipificação de ofertas e diferenciação conforme necessidades territoriais. Defendeu programas nacionais de capacitação e gestão, além da criação de uma infraestrutura nacional de dados integrada. Sugeriu ainda a criação de um fórum específico para participação social, evitando sobreposições com o Conama e fortalecendo a continuidade das Conferências Nacionais de Meio Ambiente. Por fim, colocou o Conselho da Federação à disposição para apoiar a definição de prioridades do Sisnama.

Marcela Moraes (DSisnama/MMA) - Relatou que, ao assumir o Departamento, identificou a necessidade de revisar a dinâmica de funcionamento e fortalecer a interlocução federativa na Tripartite. Destacou a urgência de avançar em agendas estruturantes, como prevenção a incêndios, e a falta de uma cultura de planejamento baseada em indicadores no Sisnama. Enfatizou a importância de definir o atendimento ambiental básico, especialmente para



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama

municípios de pequeno porte, que ainda apresentam limitações estruturais. Defendeu a consolidação de uma governança contínua e colaborativa entre os entes federativos, com investimentos em formação de gestores, educação ambiental e fortalecimento de consórcios. Por fim, ressaltou a necessidade de articulação integrada para captação de recursos e financiamento ambiental, evitando a fragmentação de projetos.

Marília Israel (Iclei) - Retomou a fala de Eduardo Taveira, Presidente da Abema, à luz das propostas do plano de governança nos seus três níveis. Assinalou que, embora o objetivo central seja o fortalecimento do Sistema, ainda não há definição clara das metas nem dos indicadores a serem utilizados. Nesse sentido, propôs que, a partir dos eixos estruturantes, sejam explicitados o objetivo central do plano de governança, bem como as propostas, metas e respectivos indicadores.

Destacou, ainda, a necessidade de uma política estrutural capaz de integrar as políticas municipais, estaduais e nacionais em um projeto ou programa articulado no âmbito municipal. Por fim, enfatizou a importância da educação ambiental como elemento central de uma política educacional robusta e estruturante, especialmente no que se refere às estratégias para alcançar os municípios de pequeno porte.

Marçal Cavalcanti (Anamma) - Afirmou que o grupo vem avançando na mudança de práticas voltadas à organização do Sistema, destacando a necessidade de superar os “arquipélagos” internos do Ministério e de promover maior integração entre as secretarias. Reforçou que, no âmbito da Comissão Tripartite, tem insistido na importância do fortalecimento da articulação federativa, criticando o fato de que estados e municípios, frequentemente, não são informados sobre recursos recebidos, bem como a priorização, por parte de ONGs e instituições, de grandes projetos, em detrimento das pequenas cidades.

Salientou que a maioria dos municípios brasileiros possui menos de 20 mil habitantes e necessita de políticas públicas que efetivamente alcancem a ponta. Reconheceu avanços nas Secretarias SMCQ e SECD do MMA, nas quais os municípios têm sido consultados com maior frequência, e apontou que a ausência da Anamma no Conselho de Desenvolvimento Econômico Social e Sustentável (CDESS) resulta na formulação de políticas desconectadas da realidade municipal.

Congratulou o Ipea pelo trabalho alinhado às realidades locais e citou o Projeto Manejo Integrado do Fogo (MIF) como exemplo de participação efetiva da sociedade civil. Defendeu que o repasse de recursos esteja condicionado à existência de estrutura mínima nos municípios, conforme a proposta dos 70 municípios prioritários. Ressaltou, ainda, a necessidade de metas claras e de convergência entre os atores, mencionando a elaboração do primeiro ofício conjunto entre sociedade civil, municípios e Abema sobre a paridade no Conselho. Reforçou que os



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama

municípios necessitam de apoio para sua estruturação e que, sem recursos, as ações não avançam.

Proseguiu com críticas à concentração de financiamentos dos grandes fundos em municípios de maior porte, defendendo a revisão da lógica de distribuição. Apontou dificuldades no funcionamento da Comissão Tripartite em razão de conflitos envolvendo normativas do Ibama e da falta de alinhamento entre suas superintendências, o que gera atrasos nos processos decisórios.

Por fim, defendeu a ampliação do diálogo e da integração institucional, reconhecendo o apoio do Presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, e mencionando sua presença frequente no órgão para tratar das demandas municipais.

Ana Carolina Crisostomo (Conama/Conselheira) - Parabenizou o DSisnama pela iniciativa de promover o debate voltado ao aprimoramento e ao fortalecimento do Sistema. Destacou a necessidade de incorporar a agenda climática às discussões do Sisnama, tendo em vista que a instabilidade climática já integra a realidade do país. Ressaltou, ainda, a importância do tema dos dados e da transparência, enfatizando a necessidade de maior diálogo e interoperabilidade entre as bases de dados, com prioridade para a automação e o uso de bases públicas, de modo a acelerar as análises e qualificar a avaliação de políticas públicas, reduzindo o tempo e os recursos despendidos no tratamento das informações.

Comentou a necessidade de aprimoramento tecnológico nos órgãos e projetos públicos como condição para conferir maior agilidade ao Sistema. Em complemento à fala de Gesmar Rosa, mencionou que parte significativa das limitações à participação social decorre de entraves estruturais e sugeriu a adoção de uma abordagem de co-construção, baseada em diálogo contínuo e em processos mais eficazes de contribuição social. Destacou, por fim, o mérito da participação social em promover diversidade e pluralidade de visões, contribuindo para a redução de conflitos na implementação, no aprimoramento, na consolidação das políticas e no fortalecimento da integração entre as áreas.

André Lima (SECD/MMA) - Reconheceu os avanços no diálogo interfederativo e multissetorial nos últimos três anos e destacou o esforço das Secretarias do MMA e do DSisnama nesse processo. Compartilhou sua experiência nas três esferas federativas e ressaltou a importância de ampliar a participação social e de envolver o setor privado nas ações de fortalecimento do Sistema. Elogiou o trabalho do Ipea e manifestou preocupação quanto à continuidade política das iniciativas voltadas ao fortalecimento do Sisnama, propondo a criação de um grupo técnico interno permanente no Ministério, composto por servidores, analistas ambientais, com experiência nas diversas Secretarias, com o objetivo de assegurar estabilidade e aprofundamento das discussões.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama

Por fim, enfatizou que o Sisnama deve incorporar de forma explícita a agenda climática, em razão de seu papel estratégico no cumprimento das metas brasileiras de clima, e indicou seu Chefe de Gabinete, o analista ambiental Sotero, para representar a respectiva Secretaria nas etapas subsequentes do processo.

Maria Heloisa Dias (Conama/Conselheira) – Cumprimentou os participantes e afirmou falar a partir da perspectiva da sociedade civil, ainda que com experiência nas esferas estadual e municipal. Defendeu que o Sisnama deve ser estruturado como um sistema democrático e destacou a ausência de instrumentos que assegurem participação social efetiva.

Prosseguindo, ressaltou que a participação social no Sisnama é limitada e, em muitos casos, simbólica, defendendo que sua institucionalização deve ser obrigatória, estruturante e representativa. Destacou, ainda, a necessidade de estabelecer metas claras para orientar a transversalidade do Sistema e manter o foco nos resultados prioritários. Apontou a importância de fortalecer instrumentos já existentes, como a educação ambiental e o Cadastro Nacional de Entidades Ambientais (CNEA), que enfrenta dificuldades para abarcar a diversidade de setores da sociedade interessados em participar.

Indicou a ausência de orçamento específico para ações de mobilização e sensibilização como um entrave à ampliação da participação social e defendeu que essa dimensão deixe de ser tratada como acessória, passando a constituir um compromisso constitucional e permanente do Sistema. Concluiu reafirmando a necessidade de um processo efetivo de democratização do Sisnama, com garantia de diálogo, transparência e inclusão de diferentes segmentos da sociedade.

Mauren Lazzaretti (Abema) - A representante reconheceu a relevância do trabalho apresentado para o fortalecimento do Sisnama, destacando que o principal desafio agora é definir como e em que condições as ações serão implementadas. Pontuou que os eixos propostos convergem com as prioridades trabalhadas pelo órgão, mas observou a necessidade de esclarecer o que cabe à Tripartite e o que deve ser conduzido em outros espaços. Propôs que o planejamento seja organizado a partir desses eixos, com definição de ações, indicadores e metas que possam ser monitorados de forma integrada.

Citou a experiência da Abema na definição de ações prioritárias e monitoramento dos estados por biomas e temas, sugerindo abordagem semelhante para a Tripartite. Defendeu a elaboração de um cronograma de trabalho para construção do plano de governança, com um documento final sintético, monitorável e alinhado às agendas do Conama, Comif e demais instâncias.

Rita Cassia Guimarães (SBIO/MMA) - A Secretária de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais do MMA parabenizou a iniciativa e destacou a importância de resgatar, organizar e



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama

tornar acessível a memória do Sisnama, de modo a permitir que a sociedade e a gestão pública construam o futuro a partir dos trabalhos já realizados. Informou que a Secretaria concluiu a Estratégia e o Plano de Ação Nacional da Biodiversidade, elaborados em conjunto com vinte ministérios e recentemente assinados pela Ministra, ressaltando o caráter transversal das ações do Sisnama.

Destacou que o plano nacional vem sendo desdobrado no âmbito estadual, com o apoio da Abema, e que também alcançará o nível municipal por meio das EPALBs (Estratégias e Planos de Ação Locais para a Biodiversidade). Defendeu que a estratégia nacional deve acolher e integrar essas iniciativas estaduais e locais, considerando a diversidade territorial e ecológica do país, incluindo os mais de 270 ecossistemas identificados pelo IBGE.

Por fim, concordou com manifestações anteriores acerca da relevância da existência e do fortalecimento dos colegiados, enfatizando que esses espaços asseguram a participação social, a continuidade das políticas públicas e a preservação da memória institucional do Sistema.

Vital José Pessoa (Anamma) - O Secretário de Meio Ambiente de Santa Rita (PB), representante da ANAMMA, parabenizou a iniciativa da CNT e o diagnóstico elaborado pelo Ipea. Destacou que os principais entraves enfrentados pelos municípios decorrem de problemas de governança ambiental e de conflitos com o estado, especialmente relacionados às competências de licenciamento ambiental. Relatou que, na Paraíba, os municípios não recebem sua parcela da TCFA, o que limita ações de fiscalização, licenciamento e educação ambiental. Ressaltou ainda a dificuldade de acessar recursos de fundos internacionais, sobretudo para municípios de pequeno porte. Defendeu uma revisão da política orçamentária para garantir destinação mínima ao meio ambiente e enfatizou a necessidade de avançar na execução das políticas planejadas.

Marcela Moraes (DSisnama/Secex) - Alertou sobre a necessidade de iniciar a consolidação dos encaminhamentos da reunião. Ressaltou a importância de pactuar um prazo para a finalização do plano, mencionando a proposta apresentada anteriormente de conclusão até abril, considerando a necessidade de internalização do plano de fortalecimento e de suas diretrizes pelos entes federados. Sugeriu que a reunião defina tanto o prazo quanto o processo de trabalho a ser utilizado, permitindo que orientações sejam encaminhadas posteriormente para subsidiar consultas e contribuições dos entes. Enfatizou ainda que o plano deve integrar uma visão clara de metas, tema reforçado por diversas falas, e que a reunião precisa concluir com uma diretriz de trabalho que organize a continuidade do processo.

Rodrigo Agostinho (Presidente do Ibama) - Iniciou parabenizando o Ipea e o DSisnama pelo trabalho e lembrou que o Sisnama funciona como uma articulação entre órgãos federais, estaduais e municipais, cada um com orçamento próprio, o que dificulta a existência de uma



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama

fonte unificada de custeio. Destacou que recursos como a TCFA, na maioria dos entes, são direcionados ao caixa geral e não retornam às ações ambientais, o que limita os recursos financeiros a serem empregados no fortalecimento institucional.

Enfatizou que a agenda ambiental enfrenta gargalos significativos, como a demanda reprimida de análises de cadastros e as adequações necessárias diante das novas diretrizes de licenciamento, exigindo investimentos em tecnologia e estrutura. Defendeu que o plano de fortalecimento do Sisnama priorize poucas ações estratégicas, voltadas diretamente aos principais entraves enfrentados pelos municípios, estados, Distrito Federal e União.

Ressaltou ainda a necessidade de fortalecer e institucionalizar as comissões tripartites estaduais (CTEs), que hoje funcionam de forma desigual e dependem da iniciativa local. Sugeriu que conflitos de competência e temas sensíveis passem a ser levados a essas instâncias como forma de amadurecimento das relações interfederativas e construção conjunta. Concluiu lembrando que o fortalecimento do Sisnama já foi tema de conferência nacional, cujo material pode ser recuperado e aproveitado no processo atual.

Marcela Aboim (SMS/MMA) - A Diretora de Governança Climática e Articulação da Secretaria de Mudança do Clima e Meio Ambiente parabenizou a iniciativa do DSisnama e do Ipea pelo diagnóstico apresentado. Destacou a importância de integrar a agenda de mudança do clima ao Sisnama, ressaltando que se trata de um tema transversal, que envolve múltiplos setores e exige articulação federativa.

Apresentou a estrutura do Comitê Interministerial de Mudança do Clima, que reúne 23 ministérios e conduz a elaboração do Plano Clima, com participação da sociedade civil, do setor privado, da comunidade científica e dos entes subnacionais. Reconheceu que o modelo atual ainda possui caráter consultivo e que é necessário avançar para um espaço de pactuação federativa, compromisso já assumido pelo Secretário Aloysio.

Informou que há esforços em andamento junto ao Conselho da Federação para o fortalecimento da governança climática em 2025 e ressaltou a importância de aproveitar as estruturas já existentes do Sisnama, evitando sobreposições. No que se refere à interoperabilidade de sistemas, destacou o diálogo em curso com o Sinima para a construção do sistema de monitoramento e avaliação do Plano Clima, enfatizando a necessidade de integração com sistemas de planejamento, com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e com plataformas ambientais já existentes. Por fim, colocou-se à disposição para contribuir com os próximos encaminhamentos.

Sobre interoperabilidade de sistemas, destacou o diálogo em curso com o Sinima para construção do sistema de monitoramento e avaliação do Plano Clima, reforçando a necessidade



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama

de integração com sistemas de planejamento, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e plataformas ambientais existentes. Colocou-se à disposição para contribuir com os próximos passos.

Marcos Sorrentino (DEA/SECEX/MMA) - Propôs a inclusão, no plano de fortalecimento do Sisnama, de um objetivo voltado à ampliação da cultura Sisnama na sociedade. Para tanto, sugeriu três metas: i) criação de uma campanha anual unificada entre União, estados e municípios; ii) estabelecimento de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo Federal e os estados, com plano de trabalho revisado anualmente; e iii) implantação, em cada unidade federativa, de Centros de Referência em Educação e Cooperação Socioambiental, com gestão compartilhada e CNPJ próprio.

Carina Mendonça Pimenta (Secretária de Bioeconomia - MMA) – Destacou a importância de integrar a agenda da Secretaria de Bioeconomia à agenda ambiental, ressaltando que essa articulação envolve o uso sustentável da biodiversidade e o desenvolvimento econômico, com especial atenção à agricultura familiar e às comunidades tradicionais. Abordou, ainda, a necessidade de avançar na regularização da gestão pesqueira, enfatizando a adequada distribuição de responsabilidades entre os diferentes níveis de governo. Por fim, ressaltou que a relação entre atividade econômica e meio ambiente deve estar alinhada às metas futuras, com foco simultâneo no estímulo e no controle.

Marcela Moraes (DSisnama/Secex) - Destacou que a situação diagnosticada é fundamental para a transição de um modelo predominantemente baseado em comando e controle para um modelo orientado à promoção, cooperação e fortalecimento institucional. Ressaltou que o plano deve refletir essa mudança, favorecendo a cooperação entre os entes federativos e reduzindo conflitos de competência.

Enfatizou, ainda, o papel da União, que deve atuar não apenas como financiadora, mas também como condutora da política ambiental, exercendo funções de articulação, planejamento e monitoramento. Apontou a concentração de recursos no nível federal e a necessidade de estabelecimento de padrões nacionais. Por fim, mencionou o desafio enfrentado pelo Conama de evoluir de um modelo centrado na regulação para uma abordagem que privilegie a cooperação e o planejamento conjunto.

Anna Flávia de Senna (MMA) - Ressaltou a complexidade do desafio de fortalecimento do Sisnama, observando que, mesmo após 45 anos de sua criação, ainda persistem questões estruturais sem solução. Enfatizou a necessidade de foco e pragmatismo, alinhando-se às manifestações de representantes da Abema/MT e de outros participantes, no sentido de evitar dispersão diante da amplitude do tema.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama

Reforçou que o objetivo do debate não é tratar de agendas setoriais específicas, mas consolidar um sistema capaz de responder, ao longo do tempo, a diferentes agendas. Destacou que a emergência climática pode servir como pano de fundo, mas que o eixo central deve ser o fortalecimento da governança ambiental, abrangendo aspectos normativos, organizacionais, de participação social, de financiamento e de estrutura institucional, conforme estruturado pelo Ipea.

Afirmou que tanto os estados quanto a União ainda enfrentam desafios internos de organização, o que reforça a importância de estabelecer metas claras e de curto prazo, ainda que não solucionem integralmente todos os problemas. Defendeu a formalização de um pacto federativo, citando como referência o acordo que deu origem ao Progestão, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), e sugeriu que um instrumento semelhante seja firmado entre União, estados e municípios.

Por fim, destacou a relevância de um modelo financeiro sustentável e a necessidade de mapear o estágio de desenvolvimento de cada ente federativo, considerando custos e requisitos para sua evolução, apontando esse mapeamento como possível meta futura. Avaliou haver convergência entre as contribuições apresentadas e ressaltou que o diagnóstico consolidou percepções valiosas sobre o funcionamento do Sistema. Recomendou, ainda, que o plano contenha poucas metas, pactuáveis e estratégicas, alinhadas ao núcleo do fortalecimento do Sisnama, e enfatizou a importância simbólica de um momento formal de assinatura do pacto.

Gesmar Rosa (Ipea) - Agradeceu a presença de Sérgio Domingues, do Ibama/MG, e informou sobre debate realizado no âmbito do Ipea relacionado à gestão de recursos hídricos. Esclareceu que não responderia individualmente às contribuições apresentadas, destacando a forte convergência entre os pontos levantados pelos participantes e aqueles já identificados pelo Ministério. Enfatizou a importância da memória institucional, ressaltando que o diagnóstico sistematiza reclamações, reivindicações e propostas que devem orientar a atuação do Ministério e dos demais atores, independentemente do plano de governança. Apontou, ainda, críticas recorrentes relacionadas à participação social, como a insuficiência de capacitação e o baixo engajamento.

Considerou adequado o prazo de abril para os encaminhamentos, em razão das limitações decorrentes do calendário eleitoral do próximo ano. Ressaltou consensos quanto ao custeio do Sisnama, incluindo alternativas de financiamento por meio dos orçamentos dos entes federativos e modelos de transferência voltados ao fortalecimento dos municípios. Reforçou que o foco no nível local é essencial para a superação de dificuldades estruturais.

Mencionou convergência em torno da realização de um evento anual e destacou a necessidade de constituição de um grupo de trabalho interno, com o objetivo de aprimorar a coordenação,



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama

a integração e a comunicação entre o Ministério, os estados e os municípios. Citou, também, sugestões para o fortalecimento da comunicação institucional do Sisnama.

Afirmou que algumas ações do Ministério poderiam ser iniciadas entre dezembro de 2025 e janeiro de 2026. Reiterou que o objetivo central é a construção de um plano de governança do Sisnama, pactuado no âmbito da Comissão Tripartite, com horizonte de curto, médio e longo prazo. Por fim, ressaltou a urgência da elaboração de um relatório anual do Ministério, contendo informações sobre políticas públicas, acesso e execução, bem como a definição de metas, indicadores e diretrizes claras de custeio para o plano de governança.

Adriana Moura (Ipea) - Destacou que o diagnóstico evidencia a heterogeneidade do Sisnama e ressaltou que o plano de governança não deve adotar metas homogêneas. Defendeu a necessidade de identificar diferentes níveis de estruturação entre estados e municípios, propondo a adoção de tipologias e incentivos diferenciados, à semelhança do antigo Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA). Observou que há municípios mais avançados e outros ainda em estágio inicial de organização ambiental, reforçando a importância da definição de “degraus” de evolução. Sugeriu, ainda, que o setor privado e a sociedade civil possam contribuir com recursos e apoio, diante das limitações do financiamento exclusivamente governamental.

Gesmar Rosa (Ipea) - Em complemento, destacou a relevância do momento político e da liderança da Ministra Marina Silva para avançar na agenda de custeio do Sisnama, ainda fortemente dependente de projetos. Ressaltou que a conjuntura atual e o diálogo com o Congresso Nacional tornam este um momento oportuno para a definição de diretrizes de financiamento. Defendeu que a Comissão Tripartite conduza esse debate e sugeriu a ampliação de sua representatividade, com a inclusão de jovens e de prefeitos, considerando recortes por bioma ou região.

Anna Flávia de Senna (MMA) - Ao final, agradeceu a presença de todos e ressaltou a necessidade de dotar o Sisnama de fontes de financiamento mais estáveis. Observou que o orçamento público é insuficiente para atender às demandas do Sistema e sugeriu a exploração de mecanismos diversificados de financiamento, como o mercado de carbono, com vistas a assegurar fluxo financeiro contínuo e sustentável.

Marcela Moraes (DSisnama/Secex) - Encerrando, reforçou a necessidade de intensificar os trabalhos até a próxima reunião, prevista para o mês de março, com o objetivo de cumprir a meta de lançamento do plano de governança, em formato de pacto, até abril de 2026. Informou que o DSisnama ficará responsável pela elaboração de um rascunho inicial (“rascunho zero”), com apoio do Ipea, da Abema, da Anamma e de conselheiros do Conama. O documento será posteriormente encaminhado para contribuições externas, que serão sistematizadas para



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama

deliberação futura. O grupo foi consultado e manifestou concordância com o encaminhamento proposto.

ENCAMINHAMENTOS

1. Propostas para continuidade do processo de elaboração do Plano de Fortalecimento do Sisnama

1.1. Consolidação do processo e cronograma

- Pactuar prazo para conclusão do Plano de Fortalecimento do Sisnama até **abril de 2026**, considerando as limitações do calendário eleitoral e a necessidade de internalização das diretrizes pelos entes federativos.

Autores/convergência: Marcela Moraes (DSisnama), Gesmar Rosa (Ipea), Anna Flávia de Senna Franco (MMA), Mauren Lazzaretti (Abema).

- Instituir **Grupo de Trabalho no âmbito da CTN**, com participação do MMA, Ipea, Abema, Anamma e conselheiros do Conama, para apoiar a elaboração, debate e consolidação do plano.

Autores/convergência: MMA/DSisnama, Ipea, Abema, Anamma.

- Elaboração, pelo DSisnama, de um **“rascunho zero”** do Plano de Fortalecimento do Sisnama, com apoio técnico do Ipea, para posterior consulta externa e deliberação na CTN.

Autores/convergência: Marcela Moraes (DSisnama), Gesmar Rosa (Ipea).

1.2. Metodologia e produtos

- Estruturar o plano com **poucas metas, pactuáveis, estratégicas e monitoráveis**, organizadas por eixos, com definição de objetivos, indicadores, responsáveis, cronograma e recursos.

Autores/convergência: Júlia Benfica (Ipea), Anna Flávia de Senna Franco (MMA), Mauren Lazzaretti (Abema), Eduardo Taveira (Abema).

- Produzir um **Plano sintético**, acompanhado de instrumentos de monitoramento e avaliação, evitando sobreposição com outras instâncias e agendas (Conama, Comif, Plano Clima).

Autores/convergência: Mauren Lazzaretti (Abema), Marcela Aboim (SMC/MMA).

- Prever **consulta pública qualificada**, com mecanismos adicionais de participação para além da consulta formal, e realização de **seminário final de apresentação** do plano.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama

Autores/convergência: Júlia Benfica (Ipea), Anna Flávia de Senna Franco (MMA), Ana Carolina Crisóstomo (Conama).

2. Propostas relacionadas ao Plano por eixo

A. Governança e articulação federativa

- Formalizar um **pacto federativo para o fortalecimento do Sisnama**, inspirado em experiências como o Progestão/ANA, com definição clara de compromissos da União, estados e municípios.

Autores/convergência: Anna Flávia de Senna Franco (MMA), Rodrigo Agostinho (Ibama), Eduardo Taveira (Abema).

- Fortalecer a **Comissão Tripartite Nacional e as Comissões Tripartites Estaduais (CTEs)**, inclusive como instâncias para mediação de conflitos de competência e amadurecimento das relações interfederativas.

Autores/convergência: Rodrigo Agostinho (Ibama), Marçal Cavalcanti (Anamma), IBAMA/Abema.

- Avançar para espaços efetivos de **pactuação federativa**, superando modelos meramente consultivos, inclusive na governança climática.

Autores/convergência: Marcela Aboim (SMC/MMA), Elaine Lício (SRI/PR), André Lima (SECD/MMA).

- Integrar explicitamente a **agenda de mudança do clima** ao Sisnama, como eixo transversal do fortalecimento da governança ambiental.

Autores/convergência: Marcela Aboim (SMC/MMA), Anna Flávia de Senna Franco (MMA), Ana Carolina Crisóstomo (Conama), André Lima (SECD/MMA).

- Criar **grupo técnico interno permanente no MMA**, com servidores experientes de diferentes secretarias, para assegurar continuidade institucional do processo.

Autores/convergência: André Lima (SECD/MMA), Gesmar Rosa (Ipea).

B. Capacidades institucionais

- Definir **padrões mínimos de estrutura ambiental** para estados e municípios, considerando tipologias, níveis de maturidade institucional e “degraus” de evolução.

Autores/convergência: Adriana Moura (Ipea), Elaine Lício (SRI/PR), Eduardo Taveira (Abema).

- Elaborar diagnóstico comparativo das capacidades institucionais (tecnologia, recursos humanos, sistemas, gestão), com possibilidade de **ranking ou tipificação** dos entes.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama

Autores/convergência: Eduardo Taveira (Abema), Adriana Moura (Ipea).

- Investir em **formação de gestores, educação ambiental e fortalecimento de consórcios**, com foco especial em municípios de pequeno porte.

Autores/convergência: Marcela Moraes (DSisnama), Marília Israel (Iclei), Marcos Sorrentino (DEA/MMA).

- Criar **Centros de Referência em Educação e Cooperação Socioambiental** em cada unidade federativa, com gestão compartilhada.

Autores: Marcos Sorrentino (DEA/SECEX/MMA).

- Fortalecer instrumentos de **participação social**, incluindo educação ambiental, CNEA, fóruns específicos e processos de co-construção.

Autores/convergência: Maria Heloisa Dias (Conama), Ana Carolina Crisóstomo (Conama), Marília Israel (Iclei).

- Avançar na **interoperabilidade de sistemas de informação**, integrando Sinima, sistemas de planejamento, MCTI e plataformas ambientais existentes.

Autores/convergência: Anna Flávia de Senna Franco (MMA), Marcela Aboim (SMC/MMA), Ana Carolina Crisóstomo (Conama).

C. Financiamento

- Definir **diretrizes nacionais de custeio do Sisnama**, reduzindo a dependência de projetos pontuais e ampliando fontes estáveis de financiamento.

Autores/convergência: Gesmar Rosa (Ipea), Anna Flávia de Senna Franco (MMA), Rodrigo Agostinho (Ibama).

- Avaliar e estruturar **modelos de transferência financeira** e cofinanciamento para fortalecimento institucional de estados e municípios.

Autores/convergência: Gesmar Rosa (Ipea), Eduardo Taveira (Abema), Vital José Pessoa (Anamma).

- Condicionar o repasse de recursos à existência de **estrutura mínima** e ao cumprimento de metas pactuadas.

Autores/convergência: Marçal Cavalcanti (Anamma), Eduardo Taveira (Abema).

- Explorar **mecanismos diversificados de financiamento**, incluindo mercado de carbono e instrumentos econômicos ambientais.

Autores/convergência: Anna Flávia de Senna Franco (MMA), Adriana Moura (Ipea).

- Produzir **relatório anual do MMA** com informações sobre políticas, execução, acesso a recursos, metas e indicadores.

Autores: Gesmar Rosa (Ipea).